

ENTREVISTA

Fernando Faria de Oliveira Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

“A banca é a primeira interessada em conceder crédito”

Textos ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA
Foto ALBERTO FRIAS

Faria de Oliveira, presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB) e do conselho de administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) não tem dúvidas de que Chipre causou danos ao sistema financeiro. Diz que a banca tem de conceder crédito para se tornar rentável. E que os bancos portugueses nunca estiveram tão solventes.

Há quem diga que as decisões tomadas pela Europa em Chipre poderão ter efeitos tão negativos sobre o sector financeiro como a falência do banco americano Lehman Brothers em 2008. Concorda?

■ Não iria tão longe. Houve uma inabilidade que é quase incompreensível em tudo o que foi negociado e comunicado em relação ao caso de Chipre, com expressões insensatas e manifestamente infelizes do presidente do Eurogrupo. Mas é importante perceber o que está em causa. Os depósitos só têm problemas quando um banco está perante uma insolvência e mesmo neste caso sabe-se que os depósitos até €100 mil estão assegurados pelos fundos de garantia.

Em Portugal há razões para preocupações?

■ Em Portugal não há nenhuma instituição em situação de insolvência. O Banco de Portugal requereu às instituições a apresentação dos respetivos planos de reestruturação e acompanha detalhadamente a situação de cada um.

Considera então que os impactos da intervenção em Chipre vão ser reduzidos?

■ A situação em Chipre requereu medidas para restaurar a viabilidade da banca cipriota. É uma situação contida apesar de ter criado uma desestabilização manifesta dos mercados com particular incidência no sistema bancário e criou preocupações aos cidadãos completamente desnecessárias. A alternativa seria determinar a liquidação das instituições.

Defende que fossem aplicados a Chipre os mesmos apoios que outros países europeus concederam aos seus bancos?

■ A situação da banca em Chipre tem especificidades claras que podem ter conduzido a que a nível europeu se tivesse procurado uma solução mais adequada à banca cipriota.

Tem conhecimento de saída de dinheiro dos bancos portugueses por parte de clientes estrangeiros na sequência da crise em Chipre?

■ Do conhecimento que tenho foi irrelevante. O comportamento dos depósitos em Portugal foi sempre magnífico, extremamente positivo e importantíssimo face à situação que o país vive. Tem sido notória a consciência que a banca portuguesa é moderna, resiliente e resistiu de forma positiva durante estes cinco anos. Foi capaz de aguentar o programa de capitalização e tem neste momento rácios solventes, está bem capitalizada e não tem problemas de liquidez. Sofre de problemas de rentabilidade porque há perdas a registar e uma diminuição da margem financeira que resulta do stock de crédito existente, que não cobre os custos atuais.

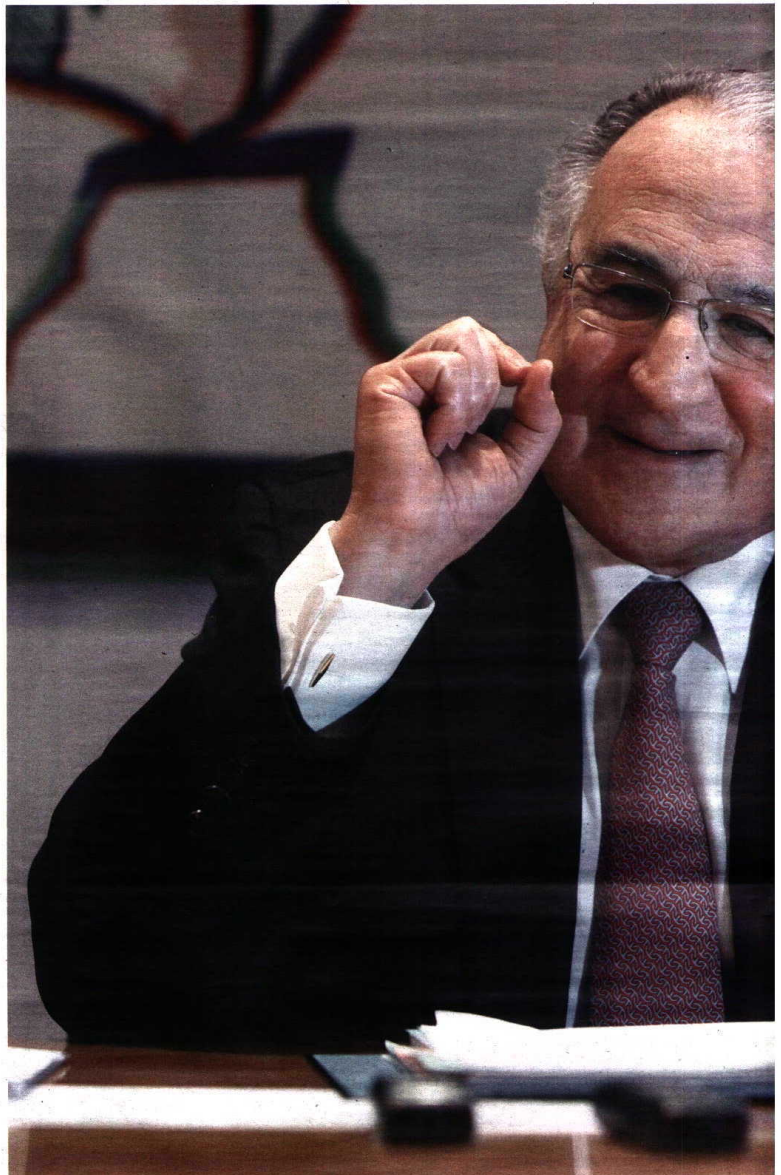
É expectável que os depósitos continuem a subir, depois da enorme transferência que registou de outras aplicações de maior risco?

■ O depósito continua a ser um instrumento seguro e isso é relevante. Sem poupança não há investimento. Continuar a atrair poupanças pela via dos depósitos é muito positivo. Este é o grande papel da banca. Poder canalizá-lo para investimentos rentáveis, a outra face. Neste momento a remuneração é interessante, apesar da queda, ronda em média os 2% brutos.

É um atrativo pequenino...

■ A banca é, em particular nos momen-

HOUE UMA INABILIDADE QUE É QUASE INCOMPREENSÍVEL EM TUDO O QUE FOI NEGOCIADO E COMUNICADO EM RELAÇÃO A CHIPRE



Fernando Faria de Oliveira considera que perante a crise política se devia avançar para um verdadeiro pacto de regime e

tos de crise, muito suscetível a críticas. A banca e os banqueiros são sempre muito criticados. Há sempre argumentos. Ou porque dão crédito a mais ou porque dão crédito a menos, ou porque têm lucros ou porque têm prejuízos.

A falta de liquidez e a descapitalização, além de terem resultado da grave crise económica, não são também o resultado de uma gestão menos criteriosa dos recursos por parte dos bancos?

■ Os bancos portugueses sempre tiveram rácios acima dos limites definidos quer em Basileia II quer pelo Banco Central Europeu, ou ainda pelo Banco de Portugal. Acontece que a crise da dívida soberana (financiamento prestado ao Estado no início de 2011) e principalmente as novas exigências de capital ditaram novas situações. Os bancos tiveram de aumentar o capital, o que ocorreu numa altura em que a rentabilidade estava a diminuir e a imagem de Portugal era particularmente negativa. Os acionistas tinham sofrido fortíssimas perdas nos últimos dez anos, basta lembrar que nesse espaço de tempo o investimento em ações dos três principais bancos cotados em média desvalorizou 70%. Apanharam os bancos num momento em que a capacidade de atrair mais investidores era baixa. Daí a necessidade de recorrer a ajudas de Estados, mas foram fatores novos, não tinham que ver com a vida corrente das instituições, que cumpriram todos os requisitos.

Mas também havia um desequilíbrio grande entre crédito e depósitos.

■ Essa é uma matéria nova. Não havia a

discussão de rácios de transformação, mas é verdade que uma gestão prudente deveria conduzir a que houvesse limites à concessão de crédito não coberto pelos depósitos. A tendência é definir um rácio de 120% de crédito sobre depósitos e chegámos a ter em 2011 em média 160% de rácio. Neste momento os oito maiores bancos têm um rácio de 119%. As circunstâncias foram todas novas. Não é por acaso que existe a linha dos €12 mil milhões que os decisores entenderam ser necessária. Mas também é importante referir que o preço pago pelos empréstimos (CoCos, obrigações convertíveis) e outras disposições que le-

vam à utilização dessa linha têm uma remuneração para o Estado e portanto uma muito menor necessidade de apoio dos contribuintes.

E como é que os bancos, com tão péssimas condições, com a economia a contrair mais do que o esperado e a terem de pagar juros elevados, vão conseguir pagar ao Estado? São muitos milhões...

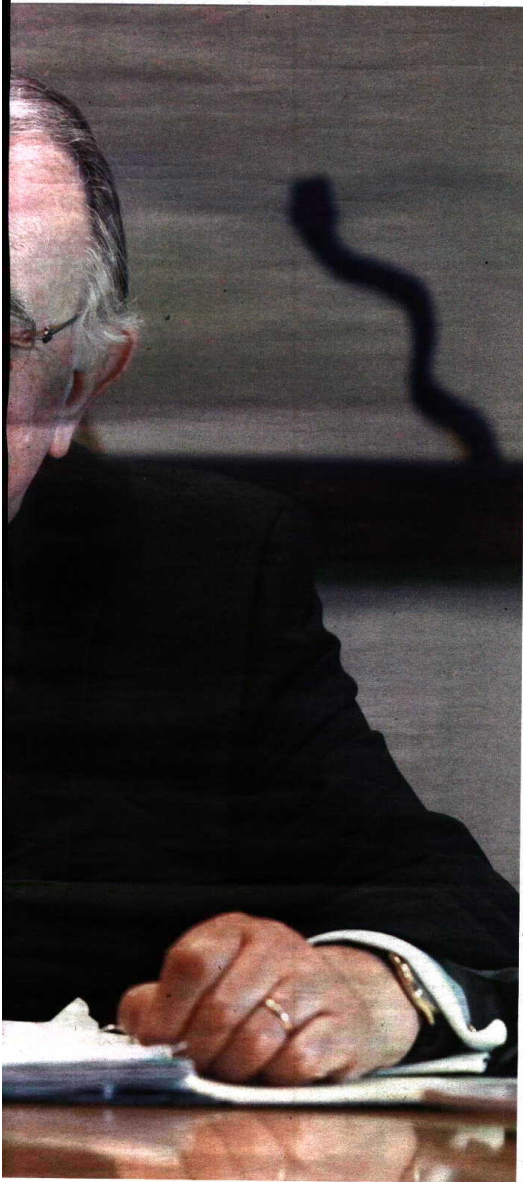
■ Melhorando a eficiência das instituições e contando com uma melhoria das condições económicas do país. Todo o sistema bancário a nível europeu está em verdadeira revolução “transformacional”, desde logo a nível regulatório, tecnológico, comportamental a nível do governo das instituições e dos modelos de negócio. A banca está solvente e tem liquidez, mas houve uma quebra de procura de crédito e há uma forte pressão sobre a rentabilidade. De 2008 a 2010 a banca teve lucros e desde então teve prejuízos.

Os prejuízos vão continuar em 2013?

■ Em 2013 posso admitir que seja um ano ainda muito mau para os bancos, daí que seja importante realizar todas estas mudanças e esperar que a economia possa recuperar de alguma maneira para trazer um elemento essencial que é o aumento do negócio. Acusa-se a banca de não conceder crédito mas a banca precisa de conceder crédito para melhorar a sua rentabilidade. A banca é a primeira interessada em conceder o máximo de crédito possível mas de acordo com critérios de risco rigorosos, senão corre-se o risco de conceder crédito a entidades que não merecem e ter mais perdas.

A BANCA E OS BANQUEIROS SÃO SEMPRE MUITO CRITICADOS. HÁ SEMPRE ARGUMENTOS. OU PORQUE DÃO CRÉDITO A MAIS OU A MENOS





nte PS, PSD e CDS/PP e defende mesmo que o PS devia fazer parte do executivo

■ Ou seja, não repetir erros do passado...
■ Quando se fala no passado é preciso ter em conta o quadro em que foram tomadas algumas decisões. Houve sem dúvidas erros de eventual aprovação de certo tipo de créditos. As decisões de análise de risco que levaram à concessão desses créditos foram tomadas por várias instituições cujos critérios eram considerados bons. Tem de haver muito rigor na análise de risco. Os bancos portugueses, mas também outros bancos na Europa, tomaram participações acionistas fortes em empresas de outros sectores.

■ Esse tipo de investimento também não

NÃO FAZ SENTIDO OS BANCOS NÃO ESTAREM EM MERCADOS QUE SÃO RENTÁVEIS E ALTAMENTE COMPETITIVOS



deve voltar a acontecer?
■ Os estudos de reestruturação dos sistemas financeiros, não só na Europa como nos Estados Unidos, encaminham-se todos para o objetivo de concentrar a atividade bancária no seu negócio específico.

■ O governador do Banco de Portugal disse há algumas semanas que a sua maior dor de cabeça eram as possíveis exigências a aplicar pela Direção-Geral de Concorrência europeia (DGCom) aos bancos que tiveram sido alvo de apoio. Temie que possam ser tomadas medidas radicais, nomeadamente obrigando os bancos a sair de alguns mercados, como o BCP na Polónia?
■ A DGCom tem as suas regras e os bancos terão margem para argumentar as suas razões. Não faz sentido os bancos não estarem em mercados que são rentáveis e altamente competitivos. No início poderá ter havido alguns mal entendidos. Poderia ser grave se houvesse necessidade de os bancos terem de voltar a desalancar-se. Espero que os nossos argumentos tenham sido convincentes.

■ Quando deverá estar concluída essa análise da DGCom?
■ Durante este mês poderá haver novidades.

■ Corre-se o risco de haver uma nova vaga de concentrações na banca, atendendo às dificuldades que o sector ainda vive?
■ A prazo poderá acontecer. Neste momento não parece existir interesse ou disputa por quota de mercado.

vicente@expresso.imprensa.pt

OUTROS ASSUNTOS

Garantia de depósitos até €100 mil

"Não creio que possa haver descontinuidade na garantia até €100 mil, mesmo terminando o prazo. Era suposto entrarem em vigor novas disposições, negociadas entre a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e o Parlamento, que pressupõem sempre a manutenção de um sistema de garantia dos depósitos. É um dossiê que esteve em negociação e que consagrava a diretiva sobre recuperação e resolução de instituições bancárias. No âmbito da criação da União Bancária um dos pilares é a constituição de um fundo de garantias comum ao espaço europeu. Até ao final do ano o assunto deverá estar resolvido"

A boa imagem de Portugal no exterior

"A boa imagem no exterior resulta basicamente das boas avaliações da troika e da colocação de alguma dívida pública e obrigações antes do previsto no mercado por parte de empresas e bancos. Mas não é suficiente ainda para apostas de investimento, nem para aquisições significativas de ativos que estão a descontar. Porque a perspectiva de que estamos ainda em recessão ainda não favorece este tipo de atitude"

Solidariedade europeia

"Nestes momentos é que se vê se há Europa ou não há Europa. Eu acho que a solidariedade europeia tem existido, veja-se o caso da Grécia. Tem sido feito um esforço de solidariedade"

Apostas de investimento

"Temos condições naturais para ser um local de atração de turismo da terceira idade no espaço europeu. Devemos dar um impulso às indústrias agrícola, agroalimentar e começar a desenvolver a indústria do mar. Houve um caminho errado no desenvolvimento dos países do Sul da Europa que contribuiu para uma perda enorme da sua competitividade. É isto que é preciso restaurar: as finanças públicas e a competitividade. Tem de haver correções de trajetórias"

Entraves ao investimento

"Era fundamental que o Estado pagasse as dívidas às empresas. Não há pior exemplo"

Austeridade por muitos mais anos

"Vamos ter de manter a austeridade durante mais alguns anos. Espero que esta se transfira da parte fiscal para um corte na despesa. Deve haver consenso sobre os cortes mas para isso é preciso decidir o que deve ser o Estado"

Entrevista de José Sócrates

"O eng. José Sócrates foi igual a si próprio, correspondeu inteiramente ao que eu esperava"

O flagelo do desemprego

"O agravamento do desemprego é o maior flagelo. As grandes prioridades devem ser emprego, emprego, emprego e crescimento, crescimento, crescimento"

Restrições às empresas do Estado

"Uma instituição bancária não deveria estar sujeita a este tipo de regras, o que não quer dizer que deva reduzir custos e melhorar a eficiência. Equiparar um banco a um departamento público ou a uma empresa pública em não concorrência pode ser muito negativo"

Mais capital versus dívida soberana

"A APB está a insistir numa rápida reavaliação do critério, feito a 30 de setembro de 2011, mas como vão organizar-se novos testes de stress, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) só deverá rever os critérios depois disso"

Buscas à banca por suspeita de cartel

"São matérias que estão em segredo de justiça, estão a ser investigadas. Num dos sectores mais concorrenciais da economia onde os bancos lutam entre si por conceder crédito, nomeadamente nas áreas sob investigação, o crédito à habitação e ao consumo, não tenho nenhum tipo de indicação que possa indicar irregularidades. Pode ter havido troca de informação para saber quotas de mercado mas isso não influencia o preço, incentiva..."

"Preferia que o PS fosse incluído no Governo"

Faria de Oliveira apela a um verdadeiro pacto de regime entre PS, PSD e CDS/PP e defende uma estratégia que combine austeridade e crescimento.

■ O Governo exagerou na política de austeridade ou o foi o memorando de entendimento assinado pela troika que estava errado desde o início?

■ É difícil dizer. O memorando consagrava já a necessidade de tomar medidas voltadas para o crescimento embora se saiba que neste tipo de modelos a austeridade gera sempre recessão numa fase inicial. A questão é sempre a mesma: como acelerar a passagem da recessão para o crescimento? É muito curioso constatar que existe uma falta de sintonia muito significativa entre a percepção no estrangeiro do comportamento da economia portuguesa e o clima de apreensão, desconforto e desilusão que se vive internamente. Devemos preservar a estabilidade política e a paz social que temos revelado para fora. Colocar em causa estes dois elementos pode ser fatal a nível externo.

■ O que fazer para evitar uma crise política?

■ Dada a situação de dificuldade em que nos encontramos devia requerer-se um novo compromisso dos partidos do arco do poder — PS, PSD e CDS — também signatários do programa de assistência. Preferia até que o PS fosse incluído no Governo.

■ Esse é um cenário complicado.

■ Há critérios éticos que se sobrepõem a critérios políticos. Neste

momento o país precisava de um Governo com maior base política. Devem criar-se condições para um novo pacto de regime entre os três maiores partidos.

■ E quando vai o país começar a crescer?

■ Precisamos de aprofundar uma estratégia económica coerente e integrada que tem de ter duas frentes, a da crise fiscal do Estado, com os défices excessivos, e a da crise da competitividade, que requer de facto investimento significativo na área dos bens transacionáveis. É essencial desenvolver uma estratégia económica combinando austeridade e crescimento e tendo sempre em vista a criação de emprego.

■ Como é que isso se faz?

■ Temos de concluir a consolidação orçamental, mas o acento tónico agora tem de ser muito voltado para o desenvolvimento económico, para um corte necessário nas despesas, uma política fiscal capaz de atrair investimento e uma reforma global do Estado. Isto não se faz sem acordo entre os partidos do arco do poder.

■ E há dinheiro para isso?

■ Deve negociar-se a sério na União Europeia uma flexibilização da utilização dos fundos estruturais já previstos ou a criação de um fundo adicional exclusivamente voltado para o apoio à recapitalização das empresas e ao investimento.

■ Está a falar do banco de desenvolvimento...

■ Poderá ser a base de utilização dos três fundos estruturais, eventualmente reembolsáveis.

"Em Espanha estamos à procura de uma solução"

Operação em Espanha está a ser reestruturada. Apesar da crise e dos cortes, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) aumentou o financiamento às empresas, diz Faria de Oliveira, na qualidade de presidente do conselho de administração.

■ Como está a CGD a atravessar esta crise?

■ A CGD está sólida e solvente mas tem a sua rentabilidade sob forte pressão, designadamente por ter um stock de crédito à habitação muito elevado e uma exposição razoável às indústrias de construção civil. Teve de registar imparidades significativas e fazer provisões para ter um balanço sólido no último ano.

■ Quais os cursos estão a fazer?

■ Está em curso um programa de redução de custos e de forte concentração no domínio do preço ajustado ao risco para colmatar as insuficiências de margem financeira.

■ Que prioridades prossegue?

■ A prioridade é o aumento da quota no financiamento das empresas. Foi o único banco português que ganhou quota nas empresas e aumentou a quota no financiamento às PME de 14% para 17,1% nos últimos anos.

■ Como está a operação em Espanha?

■ Tem um problema com a sua presença em Espanha e que deriva basicamente de ter sido barriga de aluguer de alguns projetos de financiamento na modalidade de sindicatos bancários para um conjunto de financiamentos no país. É a unidade do grupo que está sujeita a um programa de reestruturação mais intensivo.

■ E o banco no Brasil?

■ O Brasil tem sido uma experiência positiva. Foi um investimento que se pagou num ano, ganhou prestígio como investment bank e como não capta depósitos significativos está muito dependente de obtenção de liquidez por parte da CGD. Por isso, o banco não cresceu tanto quanto poderia.

■ Não está previsto saírem de nenhum mercado onde estejam neste momento?

■ Não. Só estamos em mercados importantes.

■ Mas há mercados com maior risco, Espanha por exemplo...

■ Em Espanha estamos à procura de uma solução para o banco. Nesta fase não é muito fácil em termos daquilo que seria o objetivo principal, mas é perfeitamente realizável. O plano de reestruturação concebido vai traduzir-se no objetivo do plano que está a ser visto pela DGCom. Vamos ver. A nossa presença em Espanha não deixa de ter uma importância estratégica. A verdade é que Espanha representa 20% das exportações portuguesas e já representam quase 30%. Há muitos empresários portugueses que trabalham em Espanha e tem um apoio financeiro local é muito relevante. Em Espanha, com alguma dimensão, só estamos nós e o BES.

■ Sobre as mudanças da administração, quando saiu Nogueira Leite ficou combinado entrar alguém, ou haver uma remodelação?

■ Tive uma conversa com o governo do Banco de Portugal e só este poderá tomar alguma decisão. A CGD está a nove meses do fim do mandato. A decisão é do Executivo.

Fernando Faria de Oliveira
Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

“Preferia que o PS fosse incluído no Governo”

➔ O país deve preservar a estabilidade política ➔ Bancos têm de melhorar rentabilidade e conceder crédito ➔ 2013 vai ser um ano mau para a banca E16

Faria de
Oliveira quer
Governo
com PS

E16